

1 ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA PLENÁRIA DO COMITÊ DE BACIAS DA  
2 REGIÃO HIDROGRÁFICAS E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E  
3 JACAREPAGUÁ, realizada no dia vinte e oito de abril de dois mil e vinte e cinco  
4 às 09h11 com quórum de primeira chamada, com membros participando por meio  
5 de videoconferência (gravação disponível), com os seguintes pontos de pauta: **1) Aprovação da pauta; 2) Deliberação sobre a revisão da Programação Anual de Atividades e Desembolso - PAAD 2025; 3) Deliberações sobre o Encontro Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas - ENCOB; 4) Informes Gerais.**  
6 Às 09h11, a Sra. Rejany Ferreira dos Santos, Diretora-Presidente do CBH-BG,  
7 deu início à reunião extraordinária cumprimentando a todos os presentes. Em  
8 seguida, realizou a leitura do primeiro ponto da pauta: **1º item da pauta: a aprovação da pauta.** Em seguida, colocou a proposta em votação, conforme o  
9 procedimento habitual: os presentes que estivessem de acordo deveriam permanecer como estavam, enquanto aqueles contrários deveriam levantar a  
10 mão. Não houve manifestações contrárias, sendo, portanto, a pauta aprovada por  
11 unanimidade. Deu andamento a reunião e inicia com a leitura **do 2º item da pauta, Deliberação sobre a revisão da Programação Anual de Atividades e Desembolso - PAAD 2025.** Chamou o Gerente de Contrato de Gestão, Sr.  
12 Marcos Filgueiras Jorge (AGEVAP) para fazer uma apresentação sobre o item.  
13 Ele abriu a apresentação reunião agradecendo a presença e falou sobre a  
14 proposta de revisão da Programação Anual de Atividades e Desembolso (PAAD)  
15 2025, com base na análise técnica e financeira das ações em andamento e  
16 previstas, visando maior alinhamento com o Planejamento de Aplicação  
17 Plurianual (PAP), o Plano de Recursos Hídricos e o Manual Operativo. A revisão  
18 propõe: Realocação de recursos de ações paralisadas ou com sobra orçamentária  
19 (como o monitoramento da governança, PSA Leste, e assessoria técnica).  
20 Complementação de orçamento para ações prioritárias e viáveis, como:  
21 vulnerabilidade de drenagem; Segunda fase do Sanear BG; Planos municipais de  
22 saneamento básico; Projetos executivos de infraestrutura verde e PSA costeiro.  
23 Aproveitamento de termos de referência prontos e experiências de outros comitês  
24 (como o Guandu). Inclusão de uma gerenciadora para apoio técnico e redução da  
25 sobrecarga administrativa. Aumento de 36 para 37 ações, sem alterar o valor  
26 destinado à Secretaria Executiva. A proposta visa otimizar o uso do saldo em  
27 conta, incorporar a previsão de arrecadação de 2025, garantir o alinhamento entre  
28 PAAD e PAP, e viabilizar o desenvolvimento de ações executáveis ainda este ano.  
29 Próximos passos: encaminhamento da minuta de resolução à CTIL, abertura dos  
30 processos administrativos, finalização de editais e organização das oficinas para  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37



38 construção do PAP 2026-2027. Sra. Adriana de Lima Bocaiuva (Associação de  
39 Amigos do Museu Histórico da Cidade - AMHC) parabenizou Marcos e a equipe  
40 pelo avanço nas contratações do Comitê da Baía de Guanabara e pela clareza da  
41 apresentação. Solicitou que fosse retomado o trecho sobre os sete projetos em  
42 discussão, para que os participantes que chegaram depois pudessem  
43 acompanhar. Concordou com as realocações de recursos para ações inviáveis  
44 em 2025, mas pediu esclarecimentos sobre a territorialização dos recursos para  
45 os planos municipais de saneamento e o encerramento de lixões. Destacou que  
46 essas ações têm grande potencial de adesão pelos municípios e estão alinhadas  
47 ao plano de bacia e ao plano estadual de recursos hídricos. Sr. Marcos explicou  
48 que estão avaliando o status dos planos municipais de saneamento da Região  
49 Hidrográfica V, com alguns municípios em fase de revisão, como Guapimirim, e  
50 outros com planos atualizados, como o Rio de Janeiro. Estão entrando em contato  
51 com os municípios para entender a situação de cada um, e a territorialização  
52 seguirá a área da região, priorizando os municípios mais desatualizados, como  
53 Rio Bonito, e considerando acordos existentes, como o de Magé. Durante a  
54 reunião, a Sra. Adriana retomou uma mensagem enviada por Maria Aparecida de  
55 Souza de Resende, representante da Prefeitura de Magé – SMMA, no chat, e  
56 questionou se a revisão proposta incluía os componentes de drenagem e resíduos  
57 sólidos. Em resposta, Sr. Marcos esclareceu que sim, os temas de manejo  
58 integrado de resíduos sólidos, Saneamento Integrado das Águas e drenagem  
59 estavam contemplados. Esclareceu ainda que o município de Nova Iguaçu não  
60 seria incluído na revisão em questão, pois está sendo atendido por uma  
61 contratação já em andamento no Comitê Guandu. Segundo ele, como o plano  
62 contratado abrange todo o município de Nova Iguaçu, este não será incluído no  
63 planejamento referente à Baía de Guanabara. Informou que a equipe está  
64 avaliando todos os municípios da região hidrográfica V e que há a intenção de  
65 contratar uma revisão para esses municípios. Sobre o chamamento para o  
66 encerramento de lixões, destacou que a proposta é atender a todos os municípios  
67 da região. Ele mencionou também que, em conjunto com o Grupo de Trabalho  
68 (GT) Chorume, estão sendo discutidos critérios para hierarquizar a destinação dos  
69 recursos, considerando inclusive a extensão e gravidade dos problemas  
70 ambientais. Ressaltou que ainda não há dados consolidados sobre o número de  
71 áreas contaminadas ou a dimensão dos danos, sendo necessário realizar  
72 investigações atualizadas — já que alguns projetos disponíveis são de até 15 anos  
73 atrás e estão defasados. Por fim, mencionou que estão em diálogo com o INEA,  
74 a SEAS e seguindo o modelo do Comitê Guandu para que representantes



75 municipais e o GT Chorume identifiquem as áreas a serem tratadas. A Sra.  
76 Adriana encerrou o ponto registrando o envio da apresentação como  
77 **encaminhamento (01)**. Sra. Jacqueline Guerreiro Aguiar (Trama Ecológica)  
78 retomou a importância do monitoramento dos indicadores de governança,  
79 destacando que vídeos produzidos no ano anterior, com apoio do Ângelo  
80 (Observatório das Águas), ainda não foram disponibilizados no site do comitê, e  
81 solicitou novamente sua publicação. Em seguida, questionou o contínuo repasse  
82 de recursos para revisões de planos municipais de saneamento básico, como no  
83 caso dos R\$ 500 mil destinados à Prefeitura do Rio de Janeiro. Sra. Ressaltou  
84 que não é razoável investir novamente sem retorno sobre a execução das ações  
85 previstas, alertando para a percepção do comitê como mero financiador de  
86 revisões documentais. Por fim, reforçou a decisão da CTEM de priorizar ações de  
87 educação ambiental de base comunitária, mesmo com os desafios de gestão dos  
88 recursos disponíveis (R\$ 300 mil). Pidiu que se busque um equilíbrio entre essa  
89 prioridade e as limitações administrativas da delegatária, considerando a  
90 importância do tema para os educadores ambientais da câmara. Sr. Marcos  
91 esclareceu que o projeto com a comunidade local não é inviável, apenas está  
92 aguardando definições da CTEM quanto aos critérios para contratação. Reafirmou  
93 seu apoio e a importância do projeto, apesar do valor ser menor que outros, como  
94 o de histórias em quadrinhos. Explicou que o termo "inviável" se refere, na  
95 verdade, a ações previstas para 2025, como o monitoramento da governança e  
96 da qualidade da água e sedimentos, por dificuldades técnicas e orçamentárias.  
97 Destacou que outros projetos, como o pagamento por serviços ambientais e o "Se  
98 Liga Condomínio", também estão em fase de espera por deliberação dos  
99 subcomitês. Sra. Rejany informou que, segundo Jacqueline, o projeto dos  
100 quadrinhos aguarda definições, especialmente na região Oeste. Relatou que, em  
101 reunião nessa região, a Prefeitura do Rio, representada por Daniel, se ofereceu  
102 para apresentar o plano municipal, sugerindo o agendamento. Em seguida,  
103 questionou Marcos sobre quem está responsável pela parte do pescado, citando  
104 pesquisa da Fiocruz sobre água e sedimentos, e se disponibilizou para contatar a  
105 professora Alejandra, da UFRJ, caso ainda não haja responsável. Sr. Marcos  
106 Filgueiras Jorge (AGEVAP) explicou que a análise da carne de pescado seria feita  
107 pelo mesmo pesquisador responsável pelas florações algais nocivas, ligado ao  
108 Instituto Fiocruz, mas o laboratório parceiro enfrentou problemas técnicos e não  
109 pôde realizar os testes. Relatou ter consultado o Sr. Alexandre Anderson sobre  
110 um possível mapeamento das áreas de pesca na Baía, para auxiliar na definição  
111 da metodologia, mas o pesquisador acabou suspendendo temporariamente essa



112 parte do estudo. Informou que ainda está buscando um laboratório que possa  
113 realizar a análise e destacou a importância de isso ocorrer em paralelo ao estudo  
114 das florações algais, devido à relação entre ambos os fenômenos. Sra. Rejany se  
115 comprometeu a repassar contatos para ajudar na busca. Sr. Alexandre Anderson  
116 de Souza (Associação Homens do Mar da Baía de Guanabara – AHOMAR) destaca  
117 que a análise da carne de pescado é importante, mas mencionou que já  
118 houve outras pesquisas na região, como pela PUC-RJ e pela UF, que foram  
119 contestadas. Expressou preocupação com os resultados dessas análises,  
120 especialmente se encontrarem substâncias como tolueno e benzeno, pois isso  
121 poderia afetar a comercialização do pescado. Ressaltou que a Baía de Guanabara  
122 está fortemente contaminada, e os impactos podem se estender para outras  
123 áreas, como Copacabana e Barra. Ele também citou uma pesquisa antiga da  
124 PUC-RJ, que mostrou que a contaminação do pescado era semelhante em áreas  
125 oceânicas e no interior da baía. Finalizou enfatizando a necessidade de envolver  
126 os pescadores nas discussões sobre o tema, dada a sensibilidade da questão. Sr.  
127 Rafael Santos Pereira (Associação de Caranguejeiros e Amigos dos Mangues de  
128 Magé - ACAMM) destacou sobre o robalo na Baía de Guanabara mostrou que,  
129 por ser uma espécie ativa, o peixe é encontrado em toda a baía. Concordou com  
130 Sr. Alexandre sobre o risco de contaminação do pescado: se um peixe for poluído  
131 ao entrar na baía, sua cadeia de reprodução será afetada, tornando difícil  
132 identificar sua origem. Alertou que isso pode prejudicar a comercialização do  
133 pescado, como aconteceu com o caranguejo, e enfatizou a necessidade de  
134 cautela para evitar desperdício de recursos em ações que não tenham sucesso  
135 devido à sensibilidade da região. Sra. Sandra perguntou sobre a avaliação do  
136 status dos projetos em andamento, solicitando informações sobre o progresso,  
137 porcentagem de conclusão e prazos de etapas. Sr. Marcos respondeu que existe  
138 uma plataforma chamada Siga, onde é possível acompanhar o avanço financeiro  
139 e o status dos contratos, com gráficos atualizados mensalmente. Ele reconheceu  
140 problemas técnicos no acesso à plataforma e informou que está corrigindo esses  
141 erros. Também sugeriu que os status dos projetos sejam repassados nos  
142 subcomitês, onde a informação pode ser compartilhada de forma mais detalhada.  
143 A Sra. Rejany iniciou a votação e explicou o procedimento, solicitando que os  
144 participantes registrassem suas aprovações no chat e, caso alguém não  
145 concordasse ou se abstivesse, fizesse uma manifestação. A Sra. Carolina Martins  
146 (AGEVAP) foi designada para verificar se todos haviam votado, e, após  
147 confirmação de que todos votaram a favor, a votação foi encerrada e a PAAD para  
148 2025 foi aprovada. A reunião seguiu com a leitura da próxima pauta, que abordava



149 o item 3º, sobre o Deliberações sobre o Encontro Nacional dos Comitês de  
150 Bacias Hidrográficas (ENCOB), e as deliberações relacionadas a esse encontro.  
151 Sra. Adriana explicou sobre o Encontro Nacional de Comitês de Bacia (ENCOB),  
152 que ocorre há mais de 10 anos, com o objetivo de promover a troca de  
153 experiências entre comitês de bacia de todo o Brasil. Ela destacou que o evento  
154 deste ano será em setembro, no Espírito Santo, e terá como tema a crise climática  
155 na gestão dos recursos hídricos, com foco na preparação para a COP30. O  
156 encontro incluirá fóruns inovadores para populações indígenas, tradicionais e de  
157 juventude, além de oficinas e painéis. Ela também mencionou que o custo dos  
158 estandes aumentou significativamente, e os comitês estão discutindo como dividir  
159 o custo, com a possibilidade de um estande compartilhado. Para isso, propôs a  
160 deliberação sobre duas opções de participação: uma mais econômica e outra  
161 como plano B, caso a proposta inicial não seja viável. A divisão dos custos será  
162 feita de maneira proporcional à arrecadação dos comitês, com os comitês que  
163 arrecadam mais, como o Guandu e o Baia de Guanabara, pagando mais. Sra.  
164 Carolina explicou que a principal diferença entre as duas opções de participação  
165 no ENCOB está no tamanho do estande e no valor total do apoio. A opção mais  
166 cara, o apoio "Prata", custa R\$ 300 mil e inclui um estande de 12 m<sup>2</sup>, com  
167 estimativa de contribuição de cerca de R\$ 60 mil por parte do Comitê da Baía de  
168 Guanabara. A alternativa mais econômica, o apoio "Bronze VIP", custa R\$ 150 mil  
169 e oferece um estande de 9 m<sup>2</sup>, além de inserções de logomarca em materiais e  
170 postagens. Nesse caso, o valor estimado de contribuição do comitê seria em torno  
171 de R\$ 30 mil. Sra. Adriana esclareceu que a votação se referia exclusivamente à  
172 aprovação de uma faixa de investimento (entre R\$ 30 mil e R\$ 60 mil) para o  
173 estande físico do Comitê Baía de Guanabara no Encontro Nacional de Comitês  
174 de Bacia (ENCOB), sem relação com a definição de participantes. O plano A prevê  
175 um estande de 12 m<sup>2</sup> por R\$ 60 mil; o plano B, mais econômico, um estande de 9  
176 m<sup>2</sup> por cerca de R\$ 30 mil. A proposta é aprovar essa faixa de valor, e  
177 posteriormente a diretoria definirá o repasse final conforme negociação com os  
178 demais comitês, retornando ao plenário com a decisão. Sra. Carolina reforçou a  
179 importância de indicar os participantes o quanto antes, para facilitar logística e  
180 custos. Jacqueline sugeriu que futuramente sejam definidos indicadores para  
181 seleção de representantes. A votação foi conduzida via chat, e aprovada por 17  
182 membros sem manifestações contrárias. A Sra. Flávia Lanari Coelho - Associação  
183 de Preservação Ambiental da Lagoa de Maricá – APALMA – pontuou que entende  
184 ser importante que o CBH-BG leve material impresso, como banners, ao ENCOB,  
185 observando que a ausência desses itens em edições anteriores comprometeu a



186 efetividade da participação. **Encaminhamento (02)** deliberar qual valor será gasto  
187 dentro do limite aprovado (entre R\$ 30 mil e R\$ 60 mil) de gasto com a locação  
188 de estande. Sr. Rejany reforçou que a diretoria está se organizando para garantir  
189 uma presença qualificada do comitê no ENCOB, com material impresso como o  
190 resumo do plano de bacia, uniformização e divulgação das entregas realizadas.  
191 Afirmou que a proposta é tornar o comitê mais visível e bem representado no  
192 evento. Encerrou a votação aprovando a participação e destacou que os membros  
193 podem submeter trabalhos sobre ações do comitê. Informou também que, a partir  
194 de 2023, o ENCOB passou a ocorrer a cada três anos, sendo o próximo previsto  
195 para 2027. Sra. Adriana informou que o ENCOB 2026 poderá ser antecipado para  
196 evitar coincidência com ano eleitoral, substituindo os encontros regionais  
197 (ERCOBs), decisão que será votada pelo Fórum Nacional. Sra. Rejany concordou,  
198 destacando a importância da participação de representantes do Executivo e  
199 Legislativo. Em seguida, relembrou como foi feita a distribuição de vagas em 2023  
200 entre diretoria e subcomitês, sugerindo que o mesmo modelo seja mantido para  
201 2025, com as indicações sendo feitas pelos próprios subcomitês. Sra. Carolina  
202 reforçou a importância de aprovar isso logo para viabilizar a compra antecipada  
203 das passagens, reduzindo custos. Sra. Jacqueline destacou que os subcomitês  
204 devem ter autonomia para definir seus próprios critérios de indicação,  
205 considerando aspectos técnicos e políticos. No entanto, sugeriu que fossem  
206 incentivados a indicar pessoas comprometidas com o comitê e preparadas para o  
207 diálogo, como nos encontros mencionados por Adriana. Ela propôs que os  
208 subcomitês também estimulem a produção e apresentação de trabalhos,  
209 ressaltando a qualidade do que tem sido feito localmente, mas ainda pouco  
210 divulgado nos ENCOBs e no ERCOB. Além disso, sugeriu que os eixos prioritários  
211 do comitê, como apontado na apresentação de Marcos sobre o PAAD, sejam  
212 levados ao estande do comitê, caso este seja aprovado. Jacqueline ressaltou a  
213 importância de um espaço adequado para diálogo interno e externo. Finalizou  
214 afirmando que não se tratam de critérios obrigatórios, mas de orientações para  
215 reflexão dos subcomitês. Sr. Alexandre Anderson sugeriu que a AGEVAP realize  
216 um levantamento para definir o número de vagas de forma proporcional aos  
217 membros do comitê. Defendeu que os subcomitês tenham liberdade para escolher  
218 seus representantes, priorizando aqueles com atuação concreta na bacia, em vez  
219 de seguir uma divisão formal por segmentos. Criticou a repetição de participantes  
220 nos encontros nacionais e destacou que a AHOMAR (Associação Homens do Mar  
221 da Baía de Guanabara) valoriza mais o trabalho de base do que a presença  
222 nesses eventos. Sr. Adriana apoiou a proposta de Alexandre e reforçou a



223 importância de os subcomitês indicarem representantes com atuação reconhecida  
224 no território. Propôs atenção especial à participação de populações tradicionais e  
225 indígenas no ENCOB, sugerindo que o comitê reserve vagas específicas para  
226 esses grupos, com base em uma resolução já aprovada. Ela destacou o papel da  
227 Comissão Temática de Inclusão, liderada pelo Comitê da Baía de Guanabara, e  
228 citou como exemplo um quilombo que recebeu apoio recente. Sugeriu levar ao  
229 menos um representante desse grupo ao evento, mesmo que não sejam membros  
230 formais, para discutir a exclusão dessas populações das políticas públicas. Por  
231 fim, pediu apoio da AGEVAP para avaliar a viabilidade de custear a participação  
232 de não-membros. Sra. Rejany propôs que se considerasse o número de  
233 participantes do comitê no último evento (18 em 2023) para pensar na quantidade  
234 viável de representantes para o próximo. Sugeriu aguardar o esclarecimento da  
235 Sra. Carolina sobre a possibilidade real de envio desse número de pessoas. Sra.  
236 Carolina explicou que o comitê tem uma limitação no número de passagens  
237 aéreas disponíveis, devido ao orçamento já planejado. Para aumentar esse  
238 número, seria necessário cortar recursos de outras áreas. Considerou viável o  
239 transporte por ônibus, mas lembrou que a viagem pode ser longa e que os custos  
240 com diárias são altos, cerca de R\$ 5 mil por pessoa. Ela afirmou que é possível  
241 apoiar a participação de convidados, como representantes de populações  
242 tradicionais, desde que haja aprovação do plenário e realocação de vagas.  
243 Enfatizou a necessidade de decidir rapidamente quem irá de avião e sugeriu que,  
244 caso optem pelo ônibus, o grupo seja pequeno para viabilizar os custos. Sra.  
245 Rejany explicou que a proposta do ônibus surgiu como alternativa para permitir a  
246 participação de mais pessoas, diante da limitação de passagens aéreas apontada  
247 pela Sra. Carolina. Defendeu a inclusão das comunidades tradicionais, que  
248 poderiam ser prejudicadas se a única opção fosse o transporte aéreo. Ela disse  
249 não ter problema em viajar de ônibus até Vitória e sugeriu que o grupo pense em  
250 soluções coletivas e rápidas, especialmente para garantir preços mais baixos nas  
251 passagens aéreas. Sra. Adriana explicou que existem dois processos paralelos  
252 em andamento: um para envio de 18 membros do comitê por meio do formato  
253 tradicional, decidido por cada subcomitê, e outro baseado em uma resolução  
254 anterior que permite apoiar o deslocamento de populações tradicionais. Ela  
255 reforçou que os subcomitês devem definir seus representantes o quanto antes, e  
256 que a resolução oferece uma alternativa adicional para ampliar a representação,  
257 especialmente desses grupos. A divisão apresentada, conforme ocorrido da outra  
vez foi: 3 vagas para a diretoria, 5 para o trecho oeste, 3 para o trecho leste, 2  
258 para Lagoa Rodrigo de Freitas, 2 para Jacarepaguá, 2 para Maricá e 1 para o  
259



260 subcomitê Clip. **Encaminhamento (03):** Os subcomitês devem realizar as  
261 indicações para o ENCOB o mais rápido possível, seguindo a distribuição  
262 aprovada. Seguiu a reunião com a leitura do **item 4 da pauta, Informes Gerais.**  
263 Sra. Adriana trouxe dois pontos importantes para discussão no Fórum Fluminense  
264 de Comitês de Bacia: (1) a remoção da cláusula que impede a contratação de  
265 membros do comitê em editais e (2) a preocupação com o aumento do custeio da  
266 AGEVAP. Ela explicou que a AGEVAP, com o apoio de Sr. Marcos, tem  
267 demonstrado a necessidade de fortalecer sua equipe para lidar com os desafios  
268 territoriais, e usou o contrato do Baía de Guanabara como exemplo. Sr. Márcio,  
269 do INEA, acrescentou que estão trabalhando para padronizar contratos entre os  
270 comitês e discutindo a possibilidade de incluir pescadores no projeto de  
271 pagamento por serviços ambientais (PSA). Ele também enfatizou a importância  
272 de aumentar o corpo técnico da AGEVAP, o que ajudaria na implementação de  
273 mais projetos. Sra. Adriana e Sr. Marcos concordaram que o aumento do corpo  
274 técnico é necessário, e essa questão será aprofundada em reuniões futuras para  
275 incorporar essas mudanças no contrato por meio de um aditivo. Sra. Rejany  
276 finalizou agradecendo as contribuições e encerrou a Reunião Extraordinária  
277 Plenária do CBH-BG às 11:42.

278 **Encaminhamentos:**

- 279 **01)** Envio da apresentação do Programação Anual de Atividades e Desembolso -  
280 PAAD 2025 aos membros.  
281 **02)** Foi deliberado que o valor a ser gasto com a locação de estande será dentro  
282 do limite aprovado (entre R\$ 30 mil e R\$ 60 mil).  
283 **03)** Os subcomitês devem realizar as indicações para o ENCOB o mais rápido  
284 possível, seguindo a distribuição aprovada.

285  
286 **Representantes Presentes - Titulares do Poder Público:** Prefeitura Municipal de  
287 Guapimirim - Wander de Souza Dias Guerra; Conselho Regional de Biologia – CRBio  
288 2ª REGIÃO - Valéria Lima Marques de Sousa; Prefeitura de Niterói - Thiago Leal;  
289 Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói - CLIN - Ricardo Lúcio Picanço  
290 Portugal; Prefeitura Municipal de Itaboraí - Raoni Oliveira de Souza Cardoso e Maiara  
291 José Araújo dos Santos; Prefeitura de Cachoeiras de Macacu – SEMA - Patrícia  
292 Nascimento Pinto Santana; Prefeitura de São Gonçalo – SEMMA - Mariana Motta de  
293 Freitas; Prefeitura de Magé – SMMA - Maria Aparecida de Souza de Resende; Instituto  
294 Estadual do Meio Ambiente – INEA - Marcio Franco da Costa; Secretaria de Estado  
295 de Ambiente e Sustentabilidade - SEAS - Luiz Constantino da Silva Junior; Prefeitura  
296 de Duque de Caxias - José Ribeiro de Avelar Filho; Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz



297 Mata Atlântica - Ane Peixoto; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico,  
 298 Indústria, Comércio e Serviços do Rio de Janeiro – SEIDECs - André Luiz Medeiros  
 299 de Souza; Prefeitura de Tanguá - Elielson Teixeira da Silva; Prefeitura de Nova Iguaçu  
 300 - Edgar José Silva Martins e Frederico Ayres Pinheiro; Prefeitura de Belford Roxo -  
 301 Defesa Civil - Roberto Ricardo da Silva Moura e Gustavo Silva Ferreira; **Titulares dos**  
 302 **Usuários de Recursos Hídricos:** União dos Pescadores e Maricultores de São  
 303 Gonçalo - UNIPESCA/SG – Eliude Castro da Silva e Aline da Silva Santos; Associação  
 304 de Caranguejeiros e Amigos dos Mangues de Magé – ACAMM - Rafael Santos  
 305 Pereira; Marina Barra Club - Liliane Iusten Prohmann; Águas de Niterói S.A. - Halphy  
 306 Cunha Rodrigues; Associação de Windsurf de Niterói – AWN - Gustavo Mello de  
 307 Souza Sardenberg; Sindicato dos Pescadores Profissionais, Pescadores Artesanais  
 308 do Estado do Rio de Janeiro - SINDPESCA-RJ - Daize Menezes de Souza;  
 309 Associação de Pescadores da Praia das Pedrinhas – APESCAPEDR - Carlos Luiz  
 310 Espíndola da Veiga e Bruno Alves de Veiga; Associação Homens do Mar da Baía de  
 311 Guanabara – AHOMAR - Alexandre Anderson de Souza e Edilene Nascimento de  
 312 Oliveira; **Titulares da Sociedade Civil:** Ecomarapendi - Vera Maria de Rossi  
 313 Chevalier; Rotary Club do Rio de Janeiro - Sandra Albuquerque; Instituto Federal de  
 314 Fluminense - IFF - Campus Itaboraí - Rondinele de Oliveira Moutta; Rede de  
 315 Empreendimentos Sociais para o Desenvolvimento Socialmente Justo, Democrático  
 316 e Sustentável – REDECCAP - Rejany Ferreira dos Santos; Associação de Pescadores  
 317 Livres de Tubiacanga – APELT - Delcio de Almeida Fonseca; Instituto Brasileiro de  
 318 Direito Ambiental - IBDA - Magno Neves Barbosa; Ecocidade - Leandro Travassos dos  
 319 Santos; Trama Ecológica - Jacqueline Guerreiro Aguiar; Associação de Preservação  
 320 Ambiental da Lagoa de Maricá – APALMA - Flávia Lanari Coelho; Associação de  
 321 Amigos do Museu Histórico da Cidade - AMHC - Adriana de Lima Bocaiuva.  
**Representantes ausentes:** Trama Ecológica- Helan Nogueira da Silva Ecocidade –  
 323 Romero Alves; Prefeitura de Duque de Caxias - João Ariel Blanco Ferreira Prefeitura  
 324 de Magé – SMMA - Caíque Marchon da Costa Rocha; Prefeitura de São Gonçalo –  
 325 SEMMA - Isabela de Sales Moraes; Conselho Regional de Biologia – CRBio 2ª  
 326 REGIÃO - Daniel de Berreido Viana; Ecomarapendi - Ana Paula Rosa; Instituto Federal  
 327 de Fluminense - IFF - Campus Itaboraí - Luis Antonio Franca Silva; Associação de  
 328 Windsurf de Niterói – AWN - Carlos Eduardo Goes Jamel; Associação de Preservação  
 329 Ambiental da Lagoa de Maricá – APALMA - Mara Cristina Siqueira; Sindicato dos  
 330 Pescadores Profissionais, Pescadores Artesanais do Estado do Rio de Janeiro -  
 331 SINDPESCA-RJ - Paulo Raimundo Ferreira de Souza; Fundação Oswaldo Cruz –  
 332 Fiocruz Mata Atlântica - Priscilla Magalhães Rodrigues Lisboa; Marina Barra Club -  
 333 Silma Cardoso de Santa Maria; Secretaria de Estado de Ambiente e Sustentabilidade  
 – SEAS - Humberto Yoshiharu Saito; Prefeitura de Cachoeiras de Macacu – SEMA -  
 335 João Alberto Antunes Ribeiro; Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói –  
 336 CLIN - Vinicius Moço de Lima; **Convidados:** Marcelo Abraira Crespi, Maria De Fatima





337 Avelar, Raphaella Miranda. **Secretaria Executiva (Agevap):** Paula Lomanto, Breno  
338 Gomes Oliveira, Carolina Martins, Jannyne Amorim, Marcos Filgueiras Jorge, Elias  
339 Inacia Rangel, Henristoni de Souza Pinheiro, Christian Daniel Kozuf;

3

**Rejany Ferreira dos Santos  
Diretora Presidente do CBH-BG**

342

341

342

R. da Quitanda, 185 – Centro, Rio de Janeiro – RJ Cep: 20091-005  
Tel: (21) 97374-3674 E-mail: [cbhbaiadeguanabara@gmail.com](mailto:cbhbaiadeguanabara@gmail.com)  
<https://comitebaiadeguanabara.org.br/>

